

O MILITAR E AS FORÇAS ARMADAS HOJE

HELIO LEONCIO MARTINS
Vice-Almirante (Ret^o)

SUMÁRIO

- Introdução – A Marinha na História do Brasil
- O “Homo Militare”
- As Forças Armadas
 - O Orçamento*
 - Tarefas colaterais*
 - Intromissão no processo político e administrativo*
- O Futuro
- Conclusão

INTRODUÇÃO – A Marinha na História do Brasil

Desde quando tremulou o pavilhão imperial nos navios de Cochrane que rumavam para o Norte a fim de expulsar os últimos colonizadores, perseguindo-os até a Europa, as lides oceânicas navais prosseguiram sem cessar.

A Marinha manteve a Nação íntegra, combatendo as revoltas no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Coube-lhe, na Guerra Cisplatina, o difícil bloqueio do Prata, com dezenas de veleiros afrontando as intempéries e a perigosa hidrografia do estuário, as intervenções das potências que viam prejudicando seu comér-

cio e as agressões de inimigo audaz. Simultaneamente, teve que vencer intenso corso¹ que assolava nossa costa, pouco lembrado apesar de grandemente ter afetado a vida econômica do País, destruindo mais de 400 barcos que faziam o comércio costeiro na época. Foi conflito que exauriu os dois contentores nos seus primeiros passos como nações livres e terminou com a criação de um terceiro, a República Oriental do Uruguai.

A seguir foi imposta às nossas Esquadras a ajuda a vizinhos nas lutas contra ditadores, cujas nações nos poderiam afetar. Cruzaram para isto Toneleros sob fogo, contra Rosas, e imolaram muitas vidas no assalto a Paissandu, contra Oribe.

O sonho de grandeza de López obrigou a Marinha a cruento avanço, durante quatro anos, pelo centro inóspito da América do Sul, por entre centenas de canhões, nas margens dos Rios Paraná e Paraguai, estacas cravadas no leito, torpedos flutuando e assaltos de canoas peçadas de valentes guerreiros. Fez prodígios para operar e manter dezenas de navios, modernos para o tempo, a milhares de quilômetros de seu ponto de apoio principal – a Corte.

A República e a Revolução Industrial, que não acompanhamos, abalaram a evolução de nosso Poder Naval. Levaram-no à manifestação política de 1893, cindindo-se e quase causando sua destruição moral e material.

Recuperou-se, mas no passo que deu para a modernidade, com a aquisição da Esquadra de 1910, não tendo havido a necessária sincronia entre a complexidade dos navios e equipamentos e o nível técnico e mental dos

homens que os iriam guarnecer, e mantendo-se métodos de punição já inaceitáveis, provocaram sangrenta quebra de disciplina, que, mais uma vez, quase a destruiu.

Nova reação não demorou. Com esforço considerável, e não aceitando o bloqueio submarino desencadeado pelo Império Alemão da Primeira Guerra Mundial, conseguimos enviar Divisão Naval para operar com os aliados nas costas africanas, depois de travessia atlântica plena de proezas marinheiras e rechaçando ataque de submarino.

A devastação causada pela gripe espanhola foi mais violenta que a ação do inimigo. Mas o sofrimento serviu para mostrar que o malévolo movimento de 1910 havia sido superado, com a prova de moral e disciplina que se teve quando, dominada a doença, que transformava os navios em hospitais, continuaram eles a operar com os convalescentes.

O abandono a que foi submetida a Marinha pelos governos entre as guerras não foi capaz de abater organismo fortalecido por um século de tradições. Embora no primeiro momento desprovida dos conhecimentos das táticas, equipamentos e navios adequados, quando os obteve, ficou apta a enfrentar os corsários submersos que ameaçavam nossas comunicações marítimas. Com meia centena de aguerridas unidades anti-submarinos e o auxílio norte-americano cooperou para a vitória na Batalha do Atlântico Sul e manteve com segurança o nosso abastecimento e o suprimento de matérias-primas para o que se chamou de “Arsenal das Democracias”.

A atividade bélica tornou-se tão complexa que não permite improvisações, tendo o “homo militare” de ser formado de antemão

1 N.R.: Ver “O Corso nas costas do Brasil (1826-1828)”, na *RMB* do 1º trim./2000 - pág. 53, do mesmo autor.

Este rápido bosquejo das atividades navais através da História do Brasil independente, mostrando a correção com que foram atendidas pela Marinha, deve-se menos aos recursos materiais empregados do que ao valor do elemento humano que os guarneceu. Esteve este sempre à altura das solicitações, evoluindo dos veleiros para os navios a vapor, para os blindados fluviais, para os *dreadnoughts*, para os navios anti-submarinos e, agora, para a aviação embarcada, fragatas, mísseis, sensores e, em breve, para os submarinos nucleares.

Os marinheiros de hoje, herdeiros dos que fizeram História, estão, certamente, à altura de seus antecessores. Exibem o mesmo espírito, terão a mesma consciência de suas responsabilidades para com a Nação. Mas outros fatores externos apareceram que podem neles influir, além da mutação de equipamentos e armas. O Brasil, como o mundo em geral, também mudou. Seu povo recebeu o influxo de novas idéias e ideais, políticos e culturais. Permeia em nós, como no concerto das nações, especialmente nas Américas, uma filosofia de paz, embora sem muitos reflexos reais, mas existente. Há desconfianças a respeito dos antigos valores morais e tradicionais. Criam-se modernos conceitos de distribuição de recursos. Interesses políticos e ideológicos assumem proporções que estabelecem diferentes princípios.

O "HOMO MILITARE"

Tudo isso terá tido ressonância na apreciação de como o militar é considerado no âmbito nacional. Poderá mesmo influir em sua destinação, suas crenças, seus hábitos. Será talvez por isso o momento de ser feita uma

auto-análise de como nós somos, o que representamos na vida do País, como nos devemos aceitar. Caberá delinear um perfil, que poderá variar de proporções de indivíduo para indivíduo, mas que conserva, em todos, os mesmos delineamentos, as mesmas sombras, os mesmos traços relevantes do que posso chamar, impessoalmente, como tipo psicológico e social, o "homo militare".

Com tal inferência, decidi definir aspectos deste "homo militare" que considero serem, no Brasil, pouco conhecidos, ou mal interpretados e incompreendidos, isto sem que me fixe em defesas corporativistas nem em sentimentos preconceituosos.

As razões dessa falta de correto julgamento em relação a elemento humano e profissional que integra segmento importante da sociedade provêm, em parte, no momento, das restrições de democratas ressentidos por intervenção política e administrativa duradoura das Forças Armadas no governo do País, com modalidade ditatorial — ainda que hajam queixosos que teriam preferido outra espécie de totalitarismo mais

rigoroso. Existe, entretanto, diferente causa — e permanente, menos explícita, de tal sentimento, devida a fato que, em si mesmo, não é de lamentar.

Durante toda nossa vida de nação, nunca sofremos diretamente os horrores de uma guerra. Não nos afetaram holocaustos de populações, migrações forçadas sob ameaça de destruição, devastação material, colheitas arrasadas e conseqüente fome. Os conflitos platinos no Império travaram-se longe do território nacional, exceto pequenas incursões fronteiriças. Em nossa participação nas guerras mundiais do século XX, na primeira tivemos fase sofredora na Divisão Naval en-

O especialista em violência é, simultaneamente, um homem de ciência, um técnico, um administrador, um humanista

viada à África, atingida pela gripe espanhola, com mais de centena de mortos entre os marinheiros, mas pouco conhecida no País. Na segunda, chegamos a passar por perigo real, o rompimento das comunicações marítimas, na época vitais para nossa vida econômica. Um ataque submarino afundou em duas noites nas costas de Sergipe cinco navios, com o sacrifício de 600 vidas. Foram sensíveis também as perdas entre os marinheiros mercantes. Mas, limitada desde logo a ameaça com a proteção dada aos comboios pela aviação e pela Marinha, juntamente com a Marinha norte-americana, o risco não chegou a ser sentido, exceto em alguns círculos governamentais, que, pânicos, quiseram suspender a navegação costeira, um suicídio nacional – e até falaram em mudar a capital para Belo Horizonte! O envio de tropas e aviões para a Europa, elogiável como tenha sido, foi uma manifestação política, penosa e cruenta, mas incluindo só elementos profissionais.

Assim, a presença dos militares não tem tido, no Brasil, papel internacional saliente e sensível para a população como na Europa, onde cada geração é envolvida em conflitos, dos quais depende o futuro do país. E com as suas intervenções na política interna, as Forças Armadas passam a ser alvo das paixões despertadas, dos ódios e revanchismos que esse tipo de luta cria. Mas a existência do “homo militare”, simpático ou não, aqui, como em todo o mundo, não é dispensável. De forma simplista e genérica, pode-se afirmar que civilização significa a sublimação e a disciplina dos instintos primevos do homem, comandadas por centelha cerebral cuja ori-

gem ainda não teve explicação científica – só religiosa. Como o instinto sexual da procriação foi adoçado e controlado pelos conceitos do amor, do casamento, da família, a original ferocidade humana e a necessidade de apoio mútuo para defesa – e para agressão – sobreviveram com as idéias de pátria, solidariedade, honra, glória, luta. E os lutadores foram evoluindo do bando para a horda, para os mercenários, para as Forças Armadas nacionais, isto é, para a existência do “homo militare”.

A manifestação concreta atual dessa fero-

cidade – a guerra – tem sido enaltecida, considerada em algumas épocas a mais digna missão do homem, alvo de páginas gloriosas da história das nações. Mas, racionalmente, merece ser, como é, capítulo saliente do ensaio elaborado pelo escritor norte-americano Walter Pitkin em um livro perto de 500 páginas, que denomina *Breve Introdução à História da Estu-*

pidez Humana (não é o único capítulo, existem muitos outros). Infelizmente, é estupidez a ser considerada seriamente, pois uma atitude unilateral nesse terreno, ideal e humana que seja, é perigosa quando isolada, não havendo certeza de ser correspondida. Naturalmente, impõe-se combater a guerra sem cessar, acreditar que os organismos que vêm sendo criados para aboli-la tenham êxito, e apoiá-los. Mas também é fator de segurança saber que é luta não vencida, e que os fatos de todos os dias corroboram, e para ela é preciso estar-se preparado. O brado de um capelão americano envolvido em entervero no Pacífico, que ficou célebre na Segunda Guerra Mundial, traduz a atitude aconselhá-

Permeia em nós uma filosofia de paz. Há desconfianças a respeito dos antigos valores morais e tradicionais

*

Durante toda nossa vida de nação, nunca sofremos diretamente os horrores de uma guerra

vel: "Praise the Lord, but pass the ammunition!"²

Assim, acaba sendo o "homo militare" exigência para a sobrevivência das nações. E não só como elemento ativo, em ação, como passivamente, sendo sua presença elemento de dissuasão de agressores potenciais. O homem de guerra passa a ser fator de paz. Lamentavelmente, não se pode garantir que a situação pacífica do Brasil persista em caráter permanente.

Com o crescimento do País econômica, demográfica e socialmente cada vez mais interferindo nos interesses internacionais, o perigo de atritos aumenta, e demanda estar ele belicamente preparado. E a atividade bélica tornou-se tão complexa que não permite improvisações, tendo o "homo militare" de ser formado de antemão, e assim mantido para utilização em tempo hábil, que aparece muitas vezes de forma inesperada.

Daf, como paradoxo dentro de outro paradoxo, instituir-se completa estrutura de ensino, das melhores do País, semelhante, aliás, em todos os países, para que os instruendos aprendam a aplicar, eficientemente, a violência. Ainda que nossa Constituição determine que só se pode usá-la em situações defensivas, ser defensiva ou ofensiva é orientação política, com emprego da mesma metodologia. E mais: com o adiantamento científico dos meios bélicos, os currículos militares têm que incluir conhecimentos técnicos, científicos, administrativos de altíssimo nível (o Instituto Militar de Enge-

nharia talvez seja a escola de seu tipo mais avançada do Brasil). E como a estratégia necessária para planejamento e execução das ações militares não é hoje apenas militar, mas também econômica, psicológica, social, da mesma forma nessas áreas o "homo militare" deve se sentir à vontade.

O especialista em violência é, portanto, simultaneamente, um homem de ciência, um técnico, um administrador, um humanista. Como não pode ser qualquer outro profissi-

onal, devendo submeter-se a seus princípios éticos, aos compromissos, aos hábitos e costumes; tem família, um padrão de vida. É capaz de contribuir pacificamente como cientista, artista, literato. Tal dualidade é a primeira das características do "homo militare" que precisa ser compreendida.

Mas há outras. É ele formado para desempenhar tarefa que será vital para a Nação, mas cujos detalhes de execução não são conhecidos. Têm que ser imaginados continuamente, com base em passadas experiências a serem consideradas, mas que não se reproduzirão exatamente, influenciadas

pelo adiantamento científico, pela mutação das situações internacionais e os diferentes inimigos que irá enfrentar. Não sabe mesmo se aquilo para o que se prepara irá acontecer em sua vida, tendo, entretanto, de para tal estar sempre pronto, com as habilitações necessárias, inclusive as mais importantes – mentais e morais. E tais habilitações têm que ser mantidas, demandando constante adestramento, atualização de conhecimentos, per-

**Assim, acaba sendo o
"homo militare"
exigência para a
sobrevivência das
nações. E não só como
elemento ativo, em
ação, como
passivamente, sendo
sua presença elemento
de dissuasão de
agressores potenciais.
O homem de guerra
passa a ser fator de paz**

2 N.R.: Reze ao Senhor, mas passe a munição.

manência da mentalidade e dos hábitos próprios para fazer face às crises que enfrentará.

É para compensar essa falta de objetividade imediata que o "homo militare" precisa dispor, em nível hiper, de características tais como patriotismo, espírito de cumprimento do dever a qualquer custo, lealdade, disciplina, obediência hierárquica — e adotando rituais e símbolos nos gestos e atitudes. Submete-se a regime que não atende a limites impostos por legislação comum, com direitos reduzidos, maiores obrigações, aceitação de sacrifícios e riscos que, mesmo em tempos de paz, podem atingir a própria vida. Quanto mais afastados estiverem de uma ação efetiva, mais devem acentuar-se essas características. Não há dúvida de que é dicotomia psicológica anômala. Mas assim deve ser compreendido o "homo militare".

AS FORÇAS ARMADAS

A incompreensão do perfil do "homo militare" reflete-se no organismo que o inclui — as Forças Armadas —, através do qual atua no concerto nacional. São três as restrições que, no Brasil, comumente as atingem: seu peso orçamentário, o grau de eficiência que devem apresentar e o perigo de intervirem na direção do Estado, com regime de força, usando seu poderio.

O orçamento

Em relação às duas primeiras, vinculadas entre si, a fixação da fatia orçamentária que as alimenta, contrariamente ao que sucede, não deverá depender dos esforços ou do prestígio dos militares. Determiná-la cabe à sociedade, a seus órgãos representativos, Legislativo e Executivo, sendo o recém-criado Ministério da Defesa o elemento de ligação, administrativo e político. Não há, em absoluto, a figura, às vezes absurdamente citada, de dois poderes — o

militar e o civil — que se defrontam. A previsão da necessidade e a conseqüente provisão para manter as Forças Armadas com a eficiência desejável e possível é da responsabilidade do Governo, estabelecendo com firmeza a Política de Segurança Nacional. Os elementos militares são apenas seus consultores técnicos e os executores das decisões tomadas.

Os gastos com a segurança militar do país assemelham-se ao seguro de uma empresa, o que significa crescerem com o valor do segurado. O seu exagero, realmente, mesmo quando causado por exigências vitais e prementes, tem sido responsável por estagnação econômica ou, mesmo, a destruição de impérios. Acabamos de assistir ao desmoronamento do império soviético, em grande parte devido

A existência do "homo militare", aqui, como em todo o mundo, não é dispensável

à sua competição armamentista com os mais poderosos Estados Unidos. A Grã-Bretanha, depois de duas guerras, embora vitoriosas, perdeu a liderança econômica do mundo. Assim, estabelecer o *quantum* para manter as Forças Armadas com o mínimo de eficiência, sem o que qualquer gasto será um desperdício, deve-

rá ser extremamente bem formulado pelo Executivo e pelo Congresso, exigindo perfeito conhecimento dos meandros do problema. Já houve no Brasil um exemplo sugestivo nesse sentido. Em 1904, quando da aquisição de moderna e homogênea Esquadra, as despesas e sua constituição foram largamente debatidas no Congresso, com argumentos técnicos, financeiros e a influência da política internacional, por interferência do Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores.

Tarefas colaterais

Em relação aos orçamentos militares, ainda há certos aspectos que não são considerados nas opiniões negativas que os acompa-

nam. Devido às peculiaridades do regime castrense, bem mais flexível, menos exposto a restrições legais, mais vinculado às realizações do que aos procedimentos, a ele são atribuídas tarefas de caráter econômico, científico, ou mesmo social, que deveriam ser atendidas de qualquer forma por instituições governamentais ou particulares, e cujos custos são integrados nos orçamentos militares. O Exército e a Aeronáutica são responsáveis por algumas dessas atividades, mas, por melhor conhecê-las, listarei as que são cumpridas pela Marinha: o Serviço de Oceanografia e Hidrografia, de renome mundial, cobrindo com seus trabalhos a confecção das cartas

costeiras, oceânicas e fluviais e as pesquisas em todo o Atlântico Sul até a Antártica, operando duas dezenas de navios; a instalação e manutenção da sinalização náutica, incluindo mais de milhar de faróis, bóias, balizas e auxílios eletrônicos, o que exige enorme estrutura terrestre e outras dezenas de embarcações; o socor-

ro marítimo em nossas águas, com uma dúzia de rebocadores de alto-mar; o controle e disciplina da Marinha Mercante com uma rede de capitânicas, delegacias e agências; a assistência médico-social na Amazônia, com suas canhoneiras e três navios-hospitais; as pesquisas nos campos da eletrônica, da oceanografia e nas aplicações nucleares em institutos na Ilha do Governador, no Arraial do Cabo (Rio de Janeiro) e em Sorocaba (São Paulo), para fins militares mas com grande aplicação civil; e na formação de milhares de jovens, os quais, no fim de alguns anos, são restituídos como mão-de-obra nacional, especializados e com preparo básico. É pos-

sível que, sendo tais atividades exercidas por organismos independentes, custassem à Nação quase tanto quanto o orçamento naval.

Intromissão no processo político e administrativo

Por fim, há o receio latente da intromissão das Forças Armadas no processo político e administrativo do País, refletindo o ressentimento e temor de repetição da mais recente. Mas o que o exemplo mundial nos mostra é que tais movimentos, o aparecimento dos senhores de guerra, os generais de exércitos particulares, os salvadores da pátria à frente das tropas, são fenômenos consentâneos com as deficiências

na organização social dos países, com a instabilidade das instituições, e não delas causadoras. Um Estado de Direito legítimo, responsável, permanente, afasta totalmente qualquer veleidade e periculosidade de atentados militares, limitando-se o papel das Forças Armadas às suas atribuições internacionais e a ser o braço

Infelizmente, o pacifismo é estupidez a ser considerado seriamente, pois uma atitude unilateral nesse terreno, ideal e humana que seja, é perigosa quando isolada, não havendo certeza de ser correspondida

forte do Estado em situações extremas de crise, quando o Poder Nacional julgue necessário — ou quando este último estiver em vias de deixar de existir. Dois extremos atuais comprovam esta asserção: na Europa e na América do Norte, apesar da importância que têm tido por serem continuamente empregadas em situações internacionais, nenhuma interferência aparece na política interna dos respectivos países. Na África, com as competições tribais afetando a vida das novas nações, os golpes se sucedem.

— E na América do Sul? E no Brasil? O que se pode esperar? O quadro diário, principalmente quando apresentado pela mídia, faz difícil

e pessimista a resposta. Mas a longevidade, entre os seus muitos inconvenientes, pois são pesados os impostos da sobrevivência, permite, por outro lado, como vantagem positiva, que se tenha uma visão perspectiva dos acontecimentos, independentemente de impressões impostas pelo que se passa no momento. A minha observação de 70 anos de vida adulta mostra-me, neste longo prazo, a despeito do quadro deplorável que nos é apresentado hoje pelos noticiários, reproduzindo, com visível preferência pelos aspectos negativos, o dia-a-dia pleno de denúncias e protestos, que o desenvolvimento do País tem seguido caminho ascensional. Tal ascensão não é representada por linha reta e única, mas pela resultante de linha irregular com subidas e descidas.

O FUTURO

Os ramos ascendentes são recebidos como normais, sem grande ênfase, enquanto os descendentes, causando sofrimento, crítica, desconforto, assumem proporções dominadoras nas lembranças e opiniões. Atribui-se o que passamos a uma fase de transição. Na realidade, é característica de uma nação em desenvolvimento estar sempre em transição, mudando, transformando-se. E isto não se faz sem dores, sem perturbações, sem choques em costumes arraigados, resistências de situações defectivas, mas que adquiriram caráter de permanência. Com a atual transparência e disseminação dos meios de comunicação, tais distúrbios, os erros e as falsidades vêm à tona acima de tudo o mais. As manchetes gritam de preferência os nomes dos que as merecem pelo demérito. Poderão ser estes mil, dez mil, mas sua impor-

tância esvaece ante os mais de 100 milhões que não são citados, mas que trabalham, produzem, fazem o País crescer.

A subida tem sido lenta, tendo a vencer falhas na formação, costumes defeituosos, que mais enaltecem os esforços para vencê-los, e dá-nos esperanças de novos tempos, sem milagres sociais e econômicos, que não existem, ou regimes falsamente salvadores, ou líderes carismáticos sempre enganadores, mas impulsionados pela melhora do nível educacional que irá modificando o perfil psicológico brasileiro, aperfeiçoando-o, diminuindo os desequilíbrios culturais, germe de

todos os outros desequilíbrios. Com isto, em um Estado de Direito que seja capaz de solucionar discordâncias de opiniões ou de orientação de maneira legítima e democrática, a importância das Forças Armadas mais crescerá, limitadas estas, entretanto, às suas funções específicas.

Entretanto, elas existindo, se, por quaisquer razões, houver desestí-

mulos, incompreensões que possam provocar o depercimento daquelas qualidades que as mantêm vivas, entusiásticas, conscientes de suas responsabilidades para com a nação, prontas mesmo não havendo atuação imediata ou prevista, correm o perigo de se transformarem em organismos burocráticos, vivendo de manifestações exteriores, e em vias de passarem de instituições disciplinadas a bandos... armados!

CONCLUSÃO

Creio que é de magno interesse discutir o "homo militare", por ser ele quem faz a Histó-

O aparecimento dos senhores de guerra, os salvadores da pátria à frente das tropas, é fenômeno consentâneo com as deficiências na organização social dos países, com a instabilidade das instituições, e não delas causa

ria, com sua personalidade, seus potenciais, suas limitações, seu papel na sociedade e a sua compreensão pela Nação. Cabe assim defini-lo com o que julgo ser realidade. E, ao mesmo tempo que desejamos que a Nação nos compreenda, nos aceite como somos, saiba que, compreendidos ou não, aceitos ou não, recompensados ou não, mesmo falto de

recursos por escassez de previsão e provisão dos governos, estaremos, como sempre estivemos, na primeira linha para defendê-la em suas crises externas e, se necessário, nas internas. Para isso, como sagrado dever para com a Pátria, procuramos nos preparar na paz, mantendo as qualidades profissionais, mentais e morais que serão exigidas.

A marca que recebemos – adolescentes, nas escolas militares, possivelmente parte do preparo a que me referi – é tão forte, atingindo-nos, mais do que o cérebro, o coração, depositário das emoções, que não nos abandona com o tempo que passa. É indelével.

Noto que utilizei, ao fazer essas afirmativas, o pronome “nós”, quando, a rigor, só teriam capacidade de fazê-lo os atuais oficiais da ativa. Mas justifico. Mesmo

tendo mais tempo de vida civil do que como marinheiro e militar, posso falar por todos. O perfil do “homo militare” continua a ser o nosso.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<FORÇAS ARMADAS> / Missão das FFAA / ; O militar; O “homo militare”;

Visitando o Espaço Cultural da Marinha e o Museu Naval e Oceanográfico, não esqueça de levar uma “lembrancinha”

Seus amigos ficarão encantados com os *souvenirs* que você irá mostrar. São peças artesanais que representam o que de melhor existe nos acervos das unidades culturais da Marinha. Compre, dê de presente, mas convide-os para que conheçam pessoalmente o Complexo Cultural da Marinha.

Recanto Naval Decoração Náutica

Espaço Cultural da Marinha
Telefone: (21) 870-6025
Museu Naval e Oceanográfico
Telefone: (21) 533-6174

